



Diário da Sessão n.º 023 de 20/06/01

Presidente: Passamos à Ordem do Dia.

Como primeiro ponto temos o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional maior celeridade no cumprimento da Resolução nº 17/2000/A, de 19 de Julho e o estabelecimento de prioridades às medidas destinadas a melhorar a operacionalidade do aeroporto das Flores,** apresentado pelo Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como consta do documento presente à Assembleia, o pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão baseia-se, por um lado, no facto de se tratar de matéria que no essencial já foi objecto de amplo estudo em Comissão especializada desta Assembleia, e por outro, porque temos consciência de que seria importante, neste período legislativo da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que o assunto fosse discutido e votado para que a respectiva eficácia se fizesse sentir o mais rapidamente possível.

Portanto, na óptica do CDS/Partido Popular, estamos perante uma situação em que há condições para a sua apreciação e se isso acontecer, no caso de vir a ser objecto de aprovação, haja eficácia da decisão eventual desta Assembleia.

São esses os fundamentos para o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta urgência, na medida em que o assunto refere-se à Resolução 17/2000/A, aprovada por este plenário aproximadamente há 1 ano e, nessa altura, o assunto foi devidamente abalizado, estudado e aprofundado.

Por isso mesmo, pelo facto da matéria já estar estudada e equacionada, julgamos que está em condições de podermos analisá-la em profundidade, daí o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Logicamente também nós vamos votar favoravelmente este pedido de urgência, porque entendemos que as questões de segurança são fundamentais.

A segurança nos aeroportos é muito importante, sobretudo no caso das Flores que é paradigmático, na medida em que se trata do aeroporto mais ocidental da Região e também da zona dos Açores onde as intempéries meteorológicas mais se fazem sentir.

Por isso mesmo, o nosso voto favorável.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A segurança do espaço aéreo regional e as condições de operacionalidade e segurança nos nossos aeroportos e aeródromos são questões que, naturalmente e pela mais diversa ordem, a todos preocupam. Portanto, devem merecer a nossa atenção, enquanto responsáveis políticos por esta Região.

Assim sendo, e tendo em conta que o objecto da Proposta de Resolução, ora apresentada pelo CDS/PP, já foi amplamente debatido, quase que diria mesmo escarpado, conforme se pode constatar pelo relatório que a Comissão de Economia produziu há cerca de um ano atrás, o Partido Socialista não só está disponível para fazer a discussão da Proposta de Resolução de imediato, como para votar favoravelmente o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, apresentado pelos proponentes.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, por favor, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Diário da Sessão n.º 024 de 21/06/01

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução – Recomenda ao Governo Regional maior celeridade no cumprimento da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho e o estabelecimento de prioridade às medidas destinadas a melhorar a operacionalidade do aeroporto das Flores, apresentada pelo CDS/PP.**



Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP está convencido que agora, sim, vamos entrar em matérias consensuais e a produtividade dos nossos trabalhos vai aumentar substancialmente

Vamos hoje apreciar uma Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP que recomenda ao Governo Regional maior celeridade no cumprimento da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho, respeitante às infra-estruturas e equipamentos aeroportuários dos Açores, bem como o estabelecimento de prioridade às medidas destinadas a melhorar a operacionalidade do Aeroporto das Flores

O trágico acidente aéreo da SATA – Air Açores, ocorrido no mês de Dezembro de 1999, levantou então na população suspeitas sobre os meios de segurança de voo no espaço aéreo dos Açores e sobre a segurança dos próprios aeroportos e aeródromos.

O acidente ocasionou então também, por parte dos técnicos e organizações ligadas à navegação aérea, algumas reacções que confirmaram a falta de boas condições de operacionalidade na generalidade daquelas infra-estruturas.

Na altura, o Grupo Parlamentar do CDS/PP entendeu que, perante o ambiente de suspeição que se criou, importava que a Assembleia, como representante do Povo dos Açores, não permanecesse à margem de tema tão crucial e que, sem dramatismos, nem alarmismos escusados e imprudentes, de forma fria e racional, tivesse acesso a todos os elementos sobre as condições técnicas de operacionalidade do espaço aéreo açoriano e



de todos os seus aeroportos e que se apurassem as respectivas condições de segurança.

Tudo isto porque se entendia que não pode estar em causa, ou sequer sob suspeita, a salvaguarda de vidas humanas e a segurança dos meios aéreos, onde a deslocação por avião não pode ser dispensada.

Acresce que as condições de operacionalidade e de segurança do transporte aéreo assumem também uma importância fundamental para prosseguir, com êxito, uma política de turismo que, de há longa data, constitui um dos objectivos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

A iniciativa do CDS/PP apoiava-se, por um lado, no Programa do Governo de então, o qual apontava, no sector dos transportes e comunicações, para a modernização das infra-estruturas aeroportuárias, com vista a melhorar a respectiva operacionalidade e por outro, no Plano Regional que, no capítulo dos transportes aéreos, incluía nas principais linhas de força da política a adoptar no sector, a melhoria das infra-estruturas aeroportuárias, definindo-se como objectivo final a melhoria da acessibilidade entre todas as ilhas do arquipélago.

Foi com base nestes pressupostos que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, em 18 de Janeiro de 2000, propôs que esta Assembleia resolvesse encarregar a sua Comissão Permanente de Economia de ouvir as entidades públicas ou privadas com competência na área dos transportes aéreos e de apresentar um relatório contendo todos os elementos necessários à apreciação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos seus aeroportos e, bem assim, sobre as respectivas condições de operacionalidade, habilitando o Plenário do Parlamento Açoriano a tomar todas as medidas que fossem julgadas necessárias e úteis.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na sequência da aprovação pela Assembleia Legislativa desta Resolução, a Comissão de Economia, após ampla audição das entidades competentes, concluiu que a segurança nos aeroportos e aeródromos não fora posta em causa por nenhuma das entidades ouvidas, tendo em conta a operação para a qual estão concebidos.

Por outro lado a referida Comissão de Economia concluiu também que a operacionalidade no espaço aéreo e nas infra-estruturas aeroportuárias dos Açores poderia ser melhorada.

Tendo em conta as conclusões da Comissão e os pressupostos políticos que tinham servido de base à sua primeira proposta, o Grupo Parlamentar do CDS/PP apresentou uma nova Proposta de Resolução, aprovada, por unanimidade, em 8 de Junho de 2000, recomendando ao Governo Regional que promovesse, por todos os meios ao seu alcance, que fossem instalados os equipamentos e implementadas as treze medidas que melhorassem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores, nomeadamente para recordar perante esta Assembleia::

Um ILS, ampliação da placa W e luzes de sinalização de obstáculos na pista 12 (Rocha da Relva), no aeroporto de Ponta Delgada.

Um ILS no aeroporto da Horta e painéis luminosos na aproximação à pista 10.

Certificar um procedimento de descida e certificar a iluminação da pista do aeroporto das Flores

Instalação de um rádio-farol para procedimento de descida em S. Jorge e no Corvo.

Certificação dos procedimentos de descida para os aeródromos dos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Diligenciar no sentido da instalação de ILS, nos casos em que for viável, no aeroporto das Flores e aeródromos da Região.

Promover as diligências necessárias com vista à viabilização da cobertura radar dos Açores;

Instalação de GPS a bordo dos aviões da empresa concessionária de transporte público nas Região;

Aceleração dos investimentos em curso e dos já programados, para os aeroportos e aeródromos da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como é sabido, a generalidade destas recomendações ainda não foram implementadas, apesar de também o Programa de Governo em vigor considerar como objectivo continuar o esforço de melhoria da operacionalidade das infra-estruturas aeroportuárias dos Açores, através de uma estratégia concertada entre o Governo Regional e o da República e ainda o de melhorar os sistemas de ajuda à navegação aérea dos diversos aeroportos e aeródromos da Região Autónoma dos Açores.

O Programa de Governo, em termos de medidas a executar, refere mesmo a elaboração, em conjunto com o INAC e ANA S.A., de planos directores daquelas infra-estruturas.

Por outro lado o Plano de Médio Prazo 2000/2004 refere expressamente a opção pela oferta de condições de vida condignas, para o bem estar e tranquilidade, no contexto de opção de fixação da população na sua terra.

Ainda o próprio PMP defende como estratégia promover a qualidade dos serviços aéreos prestados, com o objectivo de melhorar as condições de operacionalidade dos aeroportos e aeródromos, nomeadamente através do desenvolvimento de projectos de investimentos no sector aeroportuário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A existência de órgãos de governo próprio, fundamenta-se, entre outros, no melhor conhecimento dos problemas por parte de quem governa e presume o encontro das melhores soluções para a Região, tendo em conta a especificidade de cada ilha em concreto.

A diversidade do nosso arquipélago e as características próprias de cada ilha, principalmente em termos de transportes aéreos, podem justificar soluções diferentes para cada caso, ou pelo menos aconselhar uma especial definição de prioridades.

Assim, é indubitável que todos os pontos da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho, têm de ser implementados e importará até que o Parlamento Regional relembre a urgência da respectiva concretização.

É conhecido que há infraestruturas aeroportuárias que são penalizados pela adversidade das condições atmosféricas. De entre eles assume particular relevo o Aeroporto das Flores.

Entre Novembro do ano 2000 a Março de 2001, foram cancelados 64 voos de escala com destino ao Aeroporto das Flores, o que corresponde a uma taxa de cancelamentos superior a 50% , ao que acrescem dezenas de voos extraordinários que haviam sido programados para repor os voos cancelados.

Esta situação penalizou, não apenas a economia da ilha, como principalmente largas centenas de passageiros, muitos deles obrigados a viajar por problemas de saúde e quantos deles com precárias condições sociais, que, de resto, foram objecto de recomendação aprovada nesta Parlamento, tudo isto agravado pela circunstância de que os cancelamentos se sucederam, em alguns casos, por períodos extremamente longos.

Tem-se consciência que, em certas circunstâncias de ventos fortes e de direcção desfavorável, não existem equipamentos de ajuda que possam



permitir a aterragem. Mas também se sabe, que mesmo em dias de más condições atmosféricas, há períodos de acalmia, nomeadamente algumas vezes ao anoitecer, quando o aeroporto das Flores já não pode ser utilizado, apenas por falta de certificação da respectiva iluminação e de aprovação dos procedimentos de descida para essas condições.

Também é conhecido que os anemómetros instalados no Aeroporto das Flores, por razões que só tecnicamente serão explicadas, mas que poderão ter a ver com o tipo de equipamento, com a respectiva localização ou outras causas, não satisfazem tudo quanto os pilotos poderiam conhecer para preparar a aterragem, circunstância que, pelo menos em situação de limite, pode justificadamente impedir a tentativa de aterragem. Esta é uma situação que pode vir a contribuir para o indesejável aumento de cancelamento dos voos com destino às Flores.

Numa perspectiva meramente empresarial, pode a ANA, a NAV e o próprio Instituto de Meteorologia e Geofísica, considerarem que certos investimentos não se justificam, por impossibilidade de rentabilização.

Mas são os governos, a quem incube criar as condições sociais e económicas para o bem-estar das populações e desenvolvimento económico destas ilhas, que têm o dever de promover o diálogo com quem de direito, usar dos seus poderes tutelares, ou, em última instância, disponibilizar os financiamentos para minimizar, na medida em que for possível, as desvantagens e desigualdades sociais e para eliminar, ou no mínimo reduzir, os entraves ao desenvolvimento.

Importará, para além do mais, ter também em conta, que uma maior operacionalidade do Aeroporto das Flores constitui um importante apoio, pelo menos em situações de SOS, para as pequenas aeronaves que cruzam o Atlântico, particularmente das provenientes do continente americano.



Contribuir para que o aeroporto mais ocidental do arquipélago possa constituir uma plataforma de apoio, para além de uma contribuição humanitária que pode salvar vidas, significa também mais uma valorização da situação estratégica dos Açores.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do CDS/PP considera útil e oportuno que o Parlamento Regional recomende ao Governo Regional um maior empenho e celeridade no cumprimento da Resolução 17/2000/A e que tendo em conta a especial penalização do Aeroporto das Flores, dê prioridade às medidas das quais possa resultar a sua melhor operacionalidade.

Assim, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular, propõem, que a Assembleia Legislativa Regional aprove a seguinte Resolução, recomendando ao Governo Regional:

1. Que promova, por todos os meios ao seu alcance, uma maior celeridade na implementação das medidas constantes da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho.
2. Que dê maior prioridade às medidas contidas na referida Resolução, relativamente ao Aeroporto das Flores.
3. Que promova as diligências necessárias, nomeadamente a audição dos pilotos da SATA e o diálogo com as entidades públicas e privadas envolvidas, no sentido de que sejam estudadas soluções e implementadas outras medidas complementares que possam contribuir para uma melhor operacionalidade do Aeroporto das Flores.
4. Que forneça à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, quadrimestralmente, informação sobre as diligências efectuadas e sobre a concretização das medidas recomendadas.



Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para dizer que nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução que vem lembrar uma outra anteriormente aqui discutida e aprovada e que com elas se procura que sejam resolvidas determinadas matérias, que têm a ver com a operacionalidade dos aeroportos da Região e, neste caso concreto, para o aeroporto das Flores.

Aliás, é do conhecimento público, já o referimos aqui várias vezes, que foi implementada a iluminação da pista do Aeroporto das Flores e apenas falta a sua certificação.

Eu gostaria de certificar-me a mim próprio, em relação a uma obra que foi feita no passado nas Flores, que foi o Porto e no qual se gastou muito tempo e, no entanto, passaram anos e anos e a iluminação do Porto não chega, ou seja, aquilo que era necessário fazer e que eram obras onde se gastou muito dinheiro, fez-se, aquilo que também era necessário fazer e o que já custava menos dinheiro, tem levado todos estes anos para ser feito.

Em relação ao Aeroporto, neste momento, passa-se exactamente a mesma coisa, ou seja, era necessário a iluminação, ela foi feita, e gastou-se dinheiro nessa iluminação, mas há que gastar um pouco mais com a montagem de um gerador para pôr a funcionar a iluminação, porque a iluminação está lá há aproximadamente um ano e por uns “centavos” o processo ainda não terminou.

Pensamos que também é importante que o procedimento de descida seja certificado. É outra matéria que, em nosso entender, não teria, nem terá grandes dificuldades em fazer-se e que, inclusivamente, pelo facto de não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ser feito, tem algumas consequências negativas na gestão do espaço envolvente ao aeroporto, porque hoje qualquer parecer nesse espaço envolvente é muito subjectivo, na medida em que não há a certificação do procedimento de descida na pista.

O mesmo se pode dizer em relação ao ILS que, em nosso entender e essencialmente para aqueles, como eu e, com certeza, os outros deputados das Flores viajamos com tanta frequência para lá, se o aeroporto for provido de tudo aquilo que tem o Aeroporto de Ponta Delgada, nos Açores, ou até o aeroporto de Lisboa, será excepcional, porque sabemos que estamos a viajar em melhores condições se toda essa técnica for posta a um serviço de um pequeno aeroporto numa pequena ilha, mas entendemos que isso também é importante que se faça.

No entanto, gostaria de chamar a atenção para um outro aspecto e gostaria de realçá-lo, é que este trabalho da Comissão de Economia foi feito como consequência do desastre aéreo que, infelizmente, ocorreu na nossa Região em Dezembro de 1999, que ceifou bastantas vidas, entre as quais um grupo muito grande de pessoas que eram naturais ou residiam na ilha das Flores e continuamos sem saber, efectivamente, o que é que se passou nessa altura e nesse desastre.

Eu fazia um apelo aos membros do Governo Regional, que ainda estão aqui, no sentido de que se procurasse saber se as caixas negras daquele avião já foram decodificadas, que se procurasse saber se o relatório final já foi efectuado e se vai haver efectivamente a possibilidade de se saber as causas do acidente. No caso desse trabalho já estar feito, agradecia que me informassem.

Deputado José San-Bento (PS): Já se sabe isso tudo, Sr. Deputado.



Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendeu o CDS/PP apresentar a esta Assembleia uma Proposta de Resolução recomendando ao Governo Regional maior celeridade no cumprimento da Resolução n.º 17/2000/A e o estabelecimento de prioridade às medidas nela contidas, destinadas a melhorar a operacionalidade do Aeroporto das Flores.

O Partido Socialista entendeu por bem dar o seu aval à discussão desta proposta, com urgência e dispensa de exame em Comissão, e fê-lo basicamente por duas ordens de razões:

Primeiro, porque entende necessário pôr-se cobro, logo à partida, a quaisquer dramatismos ou alarmismos escusados e imprudentes, para usarmos uma expressão utilizada na própria Proposta de Resolução.

Depois, porque na sua óptica, o assunto em causa é por demais claro, e por isso mesmo não suscita quaisquer dúvidas.

Com efeito, há cerca de um ano, a Comissão de Economia debruçou-se exaustivamente sobre a questão das condições técnicas de segurança do espaço aéreo açoriano e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago, e bem assim, sobre as respectivas condições de operacionalidade, tendo concluído de forma inequívoca, conforme relatório então apresentado, que a operacionalidade dos aeroportos e aeródromos do arquipélago existe e não foi posta em causa por nenhuma das entidades ouvidas, tendo em conta a operação para a qual estão concebidas.

As entidades então ouvidas pela Comissão de Economia foram apenas e só, o Presidente do Conselho de Administração da SATA, o Director de



Operações de Vão da SATA, o Presidente do INAC-Instituto Nacional da Aviação Civil, o Presidente da NAV-Navegação Aérea de Portugal, o Director da ANA,SA-Aeroportos de Portugal, o Delegado Regional do Instituto de Meteorologia e, finalmente, o Secretário Regional da Economia.

Concluiu também a Comissão de Economia que a operacionalidade dos aeroportos e aeródromos dos Açores podia ser melhorada, tendo recomendado a adopção de um conjunto de medidas posteriormente assumidas pela proposta de resolução apresentada pelo CDS/PP que foi aprovada nesta Casa por unanimidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP alicerça a proposta de resolução ora em debate no fundamento de que é sabido que a generalidade das recomendações contidas naquela resolução - a Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho - ainda não foram implementadas.

Porque importa saber se de facto assim é, apuremos então a verdade procedendo à análise dos planos de investimento das várias entidades responsáveis pela implementação das pedidas preconizadas.

A ANA,SA tem previstos para os Açores, no quadriénio 2001-2004, investimentos que ascendem a 5.246.000 contos e que só para este ano atingem os 3.613.000 contos.

Para o Aeroporto das Flores o investimento previsto para o quadriénio é de 165 mil contos, dos quais 157 mil contos se referem a investimentos já no corrente ano.

Entre os investimentos programados para o ano em curso, inscrevem-se os seguintes:



No Aeroporto de Santa Maria, instalação de áreas de segurança de fim de pista, sinalização vertical e substituição de reguladores e comandos de pista.

No Aeroporto de Ponta Delgada, instalação de áreas de segurança de fim de pista, sinalização luminosa da Rocha da Relva, substituição da sinalização luminosa de pista e autómatos, adaptação da Plataforma W e alargamento do caminho de circulação C e substituição dos postes de iluminação da Plataforma Sul.

No Aeroporto da Horta, instalação de áreas de segurança de fim de pista, recarga da pista e sinalização vertical.

No Aeroporto das Flores, instalação de áreas de segurança de fim de pista, melhoria dos equipamentos de socorros (incluindo o ginásio, viaturas, campo de treinos e equipamento de protecção), vedação de segurança e beneficiação da sinalização luminosa de pista, projecto que está concluído e vai ser adjudicado no próximo mês, estando previsto que a respectiva certificação esteja homologada até ao final deste ano, para o que aliás contribuiu decisivamente a intervenção do Governo Regional junto daquela empresa.

Quanto à NAV,EP tem previstos para os Açores, no quadriénio 2001-2004, investimentos da ordem dos 4.991.000 contos e que só para este ano somam 1.154.000 contos.

O investimento no Aeroporto das Flores será de 183 mil contos no quadriénio, sendo que 45 mil contos serão investidos já este ano.

Os investimentos mais relevantes previstos para o corrente ano e o ponto de situação desses investimentos à data de Março último, são os seguintes:

No Centro de Controlo de Santa Maria, instalação de um Sistema Oceânico de Tratamento de Dados e Visualização (em fase pré-operacional);



instalação de um sistema de comunicações inter-centros de Controlo por satélite (em fase de pré-concurso), melhoria da cobertura VHF na Região Terminal dos Açores (em fase de projecto).

No Aeroporto de Santa Maria, infra-estruturas para sistema de aterragem por instrumentos - ILS (em projecto); substituição do sistema de aterragem por instrumentos (em preparação); instalação de uma ajuda rádio à navegação do tipo VOR/DME (instalada e em operação, aguardando recepção provisória); substituição do equipamento meteorológico do Aeroporto (em fase pré-operacional); melhoria das funcionalidades da Mesa de Controlo da Torre(em projecto).

No Aeroporto de Ponta Delgada, infra-estruturas para sistema de aterragem por instrumentos - ILS (em execução); instalação do sistema de aterragem por instrumentos (em preparação); substituição do equipamento meteorológico do Aeroporto (em fase pré-operacional); melhoria das funcionalidades da Mesa de Controlo da Torre (em projecto).

No Aeroporto da Horta, beneficiação da torre de controlo e serviços técnicos (em projecto); instalação de um feixe hertziano de comunicações (caderno de encargos em fase de conclusão); substituição da Mesa de Controlo da Torre (em projecto).

No Aeroporto das Flores, remodelação da torre de controlo (em projecto); melhoria da ajuda rádio à navegação do tipo NDB (em concurso); substituição da Mesa de Controlo da Torre (em projecto).

Uma referência ainda para a certificação do procedimento de descida para o Aeroporto que aguarda publicação e um esclarecimento para a suspeição levantada na proposta de resolução relativamente aos anemógrafos do Aeroporto das Flores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os anemógrafos instalados no Aeroporto das Flores são equipamentos modernos, de tecnologia digital e automatizada, idênticos aos que existem nos Aeroportos de Lisboa e do Porto e que vão ser instalados no Aeroporto de Ponta Delgada.

São equipamentos que naturalmente implicam alguma adaptação por parte dos pilotos relativamente aos dados fornecidos.

Os pilotos da SATA efectivamente levantaram algumas dúvidas acerca da fiabilidade dos dados fornecidos o que teve como resultado a decisão de desmontar as cabeças que equipam os anemógrafos a fim de serem submetidas a testes em túnel de vento, por forma a garantir que se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

Daqui se pode concluir que afinal o diálogo com os pilotos da transportadora aérea regional existe e que a sua opinião é tida em conta, como aliás já ocorreu com a demolição do Posto Meteorológico de Santa Cruz das Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Face a tudo o que aqui deixei dito e que pode ser comprovado nos documentos oficiais e no terreno, e a que teremos que adicionar o esforço financeiro do Governo Regional em diversos investimentos em curso e previstos no plano de médio prazo para os aeroportos e aeródromos dos Açores, temos necessariamente que concluir que, quer as recomendações da Comissão de Economia, quer a Resolução n.º 17/2000/A não só foram acatadas como estão a ser cumpridas tanto pelo Governo Regional como pelas restantes entidades com responsabilidades na segurança e operacionalidade dos nossos aeroportos e aeródromos.



Pode mesmo dizer-se que estão a ser cumpridas a bom ritmo, porque não podemos deixar de ter em conta que no geral estamos perante grandes investimentos que envolvem diversas fases, desde a identificação de requisitos operacionais e técnicos, à definição de especificações, preparação de processos e lançamento de concursos, avaliação de propostas, negociação e gestão de contratos, realização de testes e aceitação do equipamento. E que entretanto apenas nem decorreu um ano sobre a publicação da referida Resolução.

Consideramos portanto que a apresentação pelo CDS/PP desta nova Proposta de Resolução, no tempo e nos termos em que é feita, é totalmente extemporânea e carece de fundamento, porque desfasada da realidade e baseada em pressupostos errados.

E porque assim é, o Grupo Parlamentar do PS não pode obviamente aprová-la.

Disse.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A esta hora não há segurança que resista, mas Deus perdoe a quem nos faz estar aqui a esta hora.

Cada vez mais se viaja nos Açores.

Em ilhas pequenas como as Flores o avião é fundamental para se ter acesso ao mundo, acesso a mais e melhor saúde, ao merecido lazer das férias, à formação necessária para o trabalho, aos estudos superiores que enriquecem os nossos jovens, a tanta e tanta coisa que escasseia numa pequena ilha com pouco mais de 4 mil habitantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se todos os aeroportos e aeródromos dos Açores necessitam de mais segurança, mesmo o de Ponta Delgada, como ainda há pouco tempo se fez sentir, no aeroporto das Flores essa necessidade é mais premente, porque as intempéries da natureza fazem-se sentir com mais força a Ocidente, onde meteorologicamente tudo nos Açores começa com mais força e com graves consequências no cancelamento dos voos, prejuízos graves para os passageiros e tentativas audazes que se louvam, mas que precisam de deixar de o ser para levar a casa aqueles que a ela necessitam voltar.

Das Flores já não se vêem a Ocidente as Califórnia perdidas de abundância. Olha-se para Oriente aguardando que dos céus surja o desejado avião.

É preciso que haja cada vez mais certeza de chegar e de partir e isso só com maior segurança, daí o nosso voto favorável.

Deputados Bento Barcelos e Humberto Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que vamos ter todos o bom senso de encostar aqui um conjunto de razões. Não podia, porém, deixar de fazer uma segunda intervenção, face à intervenção do Sr. Deputado Herberto Rosa.

Já percebemos que politicamente não é oportuno, na óptica do partido do Governo, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, lembre essas matérias. Esta recomendação parece-nos, a nós e aos representantes dos Grupo Parlamentares que já usaram da palavra, que é oportuna, é pertinente no conteúdo e no tempo. Ao governo e ao PS parece o contrário. Não admira.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Da lista de projectos, de investimentos previstos, de uns que ainda estão em ideia, apresentados aqui perante esta tribuna, como todos repararam, fica de fora muitas das recomendações feitas por esta Assembleia há um ano atrás. Outros eventualmente fazem parte dos planos normais das empresas que tutelam essas áreas.

Ainda me lembro há um ano, no âmbito dos trabalhos dessa Comissão, de que haviam equipamentos que já tinham sido pagos e que jaziam no aeroporto de Ponta Delgada há meses e que estavam, na óptica de alguns técnicos, quase perdidos, encaixotados ainda em salas do aeroporto de Ponta Delgada, da responsabilidade dessas empresas, que o Sr. Deputado Herberto Rosa aqui há pouco referiu. Portanto, nós sabemos como é que isto funciona.

É pena que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista venha inviabilizar a possibilidade do Parlamento dos Açores fazer uma recomendação, em termos construtivos, junto do Governo Regional dos Açores, para que ele próprio, como nós aqui referimos, possa, como é sua obrigação, mas com o nosso apoio, estar numa primeira linha dando a prioridade à celeridade desses trabalhos, junto dessas empresas, porque sabem, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é preciso estar sistematicamente em cima dessas empresas para que algumas dessas decisões avancem, até porque a Comissão desta Assembleia e depois este Parlamento, por unanimidade, ao incluir esses 13 pontos e alguns dos equipamentos que aqui estão há um ano e tal, foram ambiciosos. Acho que aí é se define o mérito desta Casa e nós estamos aqui a representar os utentes desse sistema.

Portanto, o nosso papel é ser sermos ambiciosos e é pena quando esta Casa perde a ambição. É pena quando esta Casa aparece mais como porta-voz



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

dessas empresas, tipo relações públicas, em que se anuncia os pré-projectos e não ao lado daqueles que querem ver as coisas resolvidas. É isto que nos entristece, porque nós já sabemos e dissemos na nossa intervenção o que é que os representantes dessas empresas fundamentam, até porque ouvimos alguns deles. Com o devido respeito, Sr. Deputado, alguns não o fariam, talvez, tão bem como V. Exa. fez aqui e com o a vontade como o fez. Isto entristece-nos.

Nós pensamos, e não só nós, que temos que exigir alguma coisa para que, pelo menos, parte seja satisfeito.

Foi este Parlamento que pediu o ILS para as infraestruturas dos Açores, com prioridade, e acho que não devemos deixar cair essas bandeiras.

Foi este Parlamento que pediu coisas simples, que eram consensuais, como a ampliação da placa W, o sistema de sinalização de obstáculos na pista 12, etc.. Nós ouvimos o que é que os técnicos disseram sobre a falta dessas infraestruturas. Nós ouvimos, sabemos e não somos alarmistas, não fomos, nem esta Casa foi. A Comissão e todos os parlamentares conduziram isso, como é hábito, com consenso, pondo os interesses da Região e, acima de tudo, o interesse das nossas populações.

Portando, não há que ter medo de assumir essas matérias, de em conjunto com o Governo fazermos uma frente para que essas coisas aconteçam e nós temos a consciência de que isto foi colocado em termos de poder ser aprovado. Permitam-me este desabafo.

Podíamos ter feito esta Proposta de Resolução num sentido de vir penalizar o Governo, vir chamar nomes ao Governo, mas tivemos o cuidado de a pôr em termos de poder ser aprovada, com dignidade por este Parlamento. Orgulhamo-nos disso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. vêem sombras em todo o lado, acham que o Governo ia perder algumas coisa com isto e que o PS ia ser muito criticado por isso.

Parece-me que o que é grave é o aeroporto das Flores ter 50% de cancelamentos durante o período de Inverno e cruzarmos os braços, quando os pilotos e outros responsáveis dizem que isto não funciona.

Soubemos agora que a cabeça duma coisa qualquer meteu-se no ventilador e nós não sabemos tecnicamente o que é que aconteceu a esse bicho ou a esse instrumento.

(Risos da Câmara)

O que nos preocupa é que, perante estas coisas, toda a gente fala no assunto e ninguém responde.

Dá-se aqui a possibilidade da Região poder, de facto, fazer algo para que, duma vez por todas, se melhore a operacionalidade do aeroporto da ilha das Flores.

Para o PS está tudo óptimo, está tudo uma maravilha. Parece que para o PS está melhor que aquilo que a gente merece. É o que se conclui daqui.

Deputado Herberto Rosa (PS): A conclusão é sua.

O Orador: Eu tenho pena, porque exijo muito mais e acho que mereço muito mais do que os Srs. merecem.

Nós vamos votar a favor.

Os Srs. estão bem servidos, Deus os guarde! Eu estou muito mal servido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É apenas para precisar uma questão.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com as qualidades que o caracterizam, mistifica, não diz nada de novo e confunde as coisas.

O que está aqui em causa não é a preocupação pela segurança dos aeroportos e dos aeródromos e a melhoria das condições de operacionalidade, é precisamente a Proposta de Resolução que V. Exas. apresentaram. O que aqui está em causa é dizer-se que nada foi feito, o que não corresponde à verdade.

Aliás, eu só lhe referi os investimentos que estão em curso e previstos para 2001.

Na Proposta de Resolução, logo no seu primeiro ponto, define-se claramente: “que promova por todos os meios ao seu alcance uma maior celeridade na implementação das medidas constantes da Resolução”.

O que nós entendemos e temos a garantia disso, e não temos nenhuma razão para duvidar, porque confiamos, acreditamos e apoiamos este Governo, é que ele está a fazer as diligências no caso da certificação da iluminação da pista, que eu, aliás, trouxe a esta Assembleia em Janeiro, porque havia dúvida de como o processo estava a decorrer, e sei que o Sr. Secretário Regional da Economia se empenhou directamente neste assunto, que está em vias de solução e é uma questão fundamental.

Nós não duvidamos, ao contrário do CDS/PP – e aqui é que bate o ponto – que este Governo Regional dos Açores, do Partido Socialista, está a fazer tudo aquilo que está ao seu alcance para a resolução desses problemas. Não nos esqueçamos que o aeroporto das Flores não é da responsabilidade do Governo Regional, mas sim da ANA e nomeadamente da NAV e que o Governo Regional dos Açores está a fazer tudo o que está ao seu alcance para que os investimentos sejam feitos nestes aeroportos e seja melhorado,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

tal como consta do relatório, a operacionalidade e as condições de segurança dos aeroportos.

Portanto, a questão é esta e não o resto, Sr. Deputado. Não vale a pena confundirmos as coisas.

Nós estamos contra os pressupostos desta Proposta de Resolução e é nesse sentido que votamos contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente julgamos ter percebido as razões por que o Sr. Deputado Herberto Rosa e o PS estão contra os fundamentos da nossa Proposta de Resolução. O Sr. está contra, porque realmente está muito mais empenhado no êxito da Resolução que nós aprovámos aqui de manhã.

Portanto, o que o Sr. Deputado quer é quanto mais cancelamentos melhor, porque vai ver a sua Resolução ter realmente um impacto orçamental extraordinário e como o Sr. está empenhado nessa Resolução, é evidente que esta não interessa, porque esta era para ver se diminuía os cancelamentos. O Sr. quer é que haja cancelamentos. Desculpe a graça, mas não resisti a essa apreciação. Portanto, acho que está claro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Ponte (PS): Assim é que se ganha votos!

Presidente: Parece não haver mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, apresentada pelo CDS/PP, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 30 votos contra do PS.